

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº
(Da Senhora Perpétua Almeida)**

de, 2020.

Solicita informações ao
Excelentíssimo Ministro do Meio
Ambiente, Senhor Ricardo Salles,
sobre as medidas adotadas para
combater o crescimento do
garimpo ilegal em terras
indígenas.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro do Meio Ambiente, Senhor Ricardo Salles, pedido de informações relativo as medidas adotadas para combater o crescimento do garimpo ilegal em terras indígenas.

Apenas de abril a maio deste ano, 562 hectares foram destruídos pela ação garimpeira em terras indígenas, estes somam a outros 21,5 mil hectares já desmatados na região segundo a coalizão formada por organizações não governamentais indígenas, associações de comunidades tradicionais e instituições da sociedade civil que atuam na bacia do Rio Xingu.

A área total destruída, de 220 km², equivale a cerca de 18% de todo o município do Rio de Janeiro. A preocupação aumenta porque os garimpos, clandestinos e sem controle sanitário, são vetores de transmissão do novo coronavírus para dentro de aldeias indígenas.

Com a disseminação da covid-19 pelo país, a invasão de garimpeiros dentro das terras indígenas e unidades de conservação representa uma dupla ameaça: o contágio dos povos indígenas e populações tradicionais e a destruição da floresta.

Diante do exposto gostaríamos de saber:

- Que ações esse ministério tem buscado desenvolver para frear a ação do garimpo?
- Este ministério vem desenvolvendo alguma ação em parceria ao Ministério da Saúde para diminuir os impactos do garimpo e as consequências sanitárias?
- Que ações de preservação da Terra Indígena Apyterewa, tem sido desenvolvidas por este ministério, considerando que está possui o segundo lugar no ranking das terras indígenas mais desmatadas na Amazônia Legal?

JUSTIFICATIVA

Imagens de satélite e de sobrevoos analisadas pela coalizão Rede Xingu indicam que a destruição em terras indígenas por garimpos ilegais virou "uma epidemia" em três terras indígenas e quatro unidades de conservação na bacia do rio Xingu, no Pará. Segundo informações o aumento da atividade ilegal está relacionado às propostas de flexibilização da legislação do governo federal, solicitamos as presentes informações com a finalidade de melhor compreender os impactos quanto a essa questão.

Sala das Sessões, de de 2020.

PERPÉTUA ALMEIDA
Deputada Federal PCdoB – AC

